

## RESUMO

Este artigo apresenta a experiência desenvolvida pelo Projeto de Extensão Universitária: Apoio familiar aos adolescentes egressos do sistema sócio-educativo da região de Ponta Grossa – PR, que integra o Programa Universidade Sem Fronteiras da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior/SETI. Tem, por objetivos principais, promover a inclusão social dos adolescentes egressos, através da mobilização dos gestores das políticas públicas e da sociedade, a fim de propiciar condições para serem acolhidos e mantidos estes jovens no convívio familiar e no comunitário. Também visa resgatar e fortalecer os vínculos familiares, a partir de trabalho interdisciplinar e intersetorial que prima pelo atendimento em rede, por uma metodologia que, além do atendimento direto a adolescentes e a suas famílias, desenvolve um sistema de informação que identifica as políticas sociais municipais e os fatores de risco às condutas infracionais de adolescentes.

**PALAVRAS CHAVE:** adolescentes egressos. famílias. políticas públicas.

## ABSTRACT

The article presents the experience, developed by the Project of Academic Extension, "Family Support to the egressed adolescents, that came from a social and educational system, in the region of Ponta Grossa, PR, which participates of the University Without Frontiers, of the State Office of Science, Technology and College Teaching (SETI). It aims mainly to promote social inclusion of the adolescents, by moving the managers of public politics and society, to bring them conditions for maintaining these Young coexistence in the family and in the community. Its also aims to help them to rescue and to strength family ties, by intersectorial and interdisciplinary works, focusing network attendance, through a methodology that, besides to direct care for adolescents of their families, develops and information system that identifies city social politics and the risk factors to the adolescents violation of conduct.

**KEYWORDS:** egressed adolescents. families. public politics.

# Apoio familiar aos adolescentes egressos do sistema sócio-educativo da região de Ponta Grossa – PR

## INTRODUÇÃO

O Brasil possui, no sistema sócio-educativo, uma população juvenil de 39.578 adolescentes em conflito com a lei, representando 0,2% do total de adolescentes brasileiros, na idade de 12 a 18 anos (SINASE, 2006).

Essa estatística desmistifica a idéia, diariamente repassada pela mídia, em termos de dimensão da violência, praticada por jovens na sociedade brasileira, citando que, apenas 10% dos delitos, são cometidos por adolescentes, e destes, 60% ocorrem sem grave ameaça às vítimas, sendo, na sua maioria, infrações como os furtos que atentam contra o patrimônio e não contra a vida humana. Ao contrário, as infrações mais graves, embora raras, recebem destaque tão exagerado nos meios de comunicação criando a impressão, no imaginário coletivo, de que a maior parte dos crimes violentos é cometida por adolescentes. (ANDI, 2001)

No Paraná, até 2005, a realidade do sistema sócio-educativo demonstrava uma série de fragilidades, expressas por situações, como: adolescentes em cadeias e em delegacias; superlotação das unidades sócio-educativas; contratação temporária; vínculo precário e qualificação insuficiente dos profissionais; ação educativa limitada e programação restrita em termos de quantidade, diversidade e qualidade nas unidades de internação e de semi-liberdade. (IASP, 2005)

Com a aprovação do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo/SINASE, em 2006, fornecendo os parâmetros para a Política Nacional de Atenção ao Adolescente em Conflito com a Lei, estados e municípios passam a reordenarem seus programas de execução de medidas sócio-educativas, visando organizar e articular a rede de serviços, com base nos princípios dos direitos humanos, expressos nas legislações nacionais e internacionais<sup>12</sup>. O Sistema Nacional enfatiza ainda a necessidade de municipalizar o atendimento ao adolescente em conflito com a lei, "com vistas a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e da família dos adolescentes atendidos." (SINASE, 2006, p.29)

Este artigo busca, a partir do marco legal, norteador das ações ligadas a adolescentes em conflito com a lei, apresentar a experiência de um Projeto de Extensão,

Alides Baptista CHIMIN Junior<sup>1</sup>, Cleide LAVORATTI<sup>2</sup>  
Dircéia MOREIRA<sup>3</sup>, Elisa Stroberg SCHULTZ<sup>4</sup>  
Fabiani Ramos BACH<sup>5</sup>, Giovana BUDNY<sup>6</sup>  
Larissa da SILVA<sup>7</sup>, Luíza Bittencourt KRAINSKI<sup>8</sup>  
Maiara Barbosa de ANGREVES<sup>9</sup>  
Marisa Marques RIBEIRO<sup>10</sup>  
Maurício PACHECO<sup>11</sup>

<sup>1</sup> Mestrando em Gestão do Território e Geógrafo – alides@territoriolivre.net

<sup>2</sup> Mestre em Sociologia e Coordenadora – lavoratti@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Doutora em Direito das Relações Sociais e Orientadora – dirceiam@uol.com.br

<sup>4</sup> Graduanda de Direito e Estagiária – elisasschultz@hotmail.com

<sup>5</sup> Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas e Assistente Social – fabianibach@yahoo.com.br

<sup>6</sup> Graduanda em Geografia e Estagiária – gio.budny@gmail.com

<sup>7</sup> Graduanda em Serviço Social e Estagiária – larissasorridente@hotmail.com

<sup>8</sup> Mestre em Educação e Orientadora – luizabk@uol.com.br

<sup>9</sup> Graduanda em Serviço Social e Estagiária – maiara\_angreves@yahoo.com.br

<sup>10</sup> Mestre em Educação e Orientadora – isamarques1969@yahoo.com.br

<sup>11</sup> Mestrando em Gestão do Território e Orientador – pacheco@w3.ind.br

<sup>12</sup> O SINASE tem seus princípios orientados em âmbito nacional pela: Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente e internacional na Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil, as Regras de Beijing e Regras Mínimas das Nações Unidas para a proteção dos Jovens Privados de Liberdade. (SINASE, 2006, p. 25)

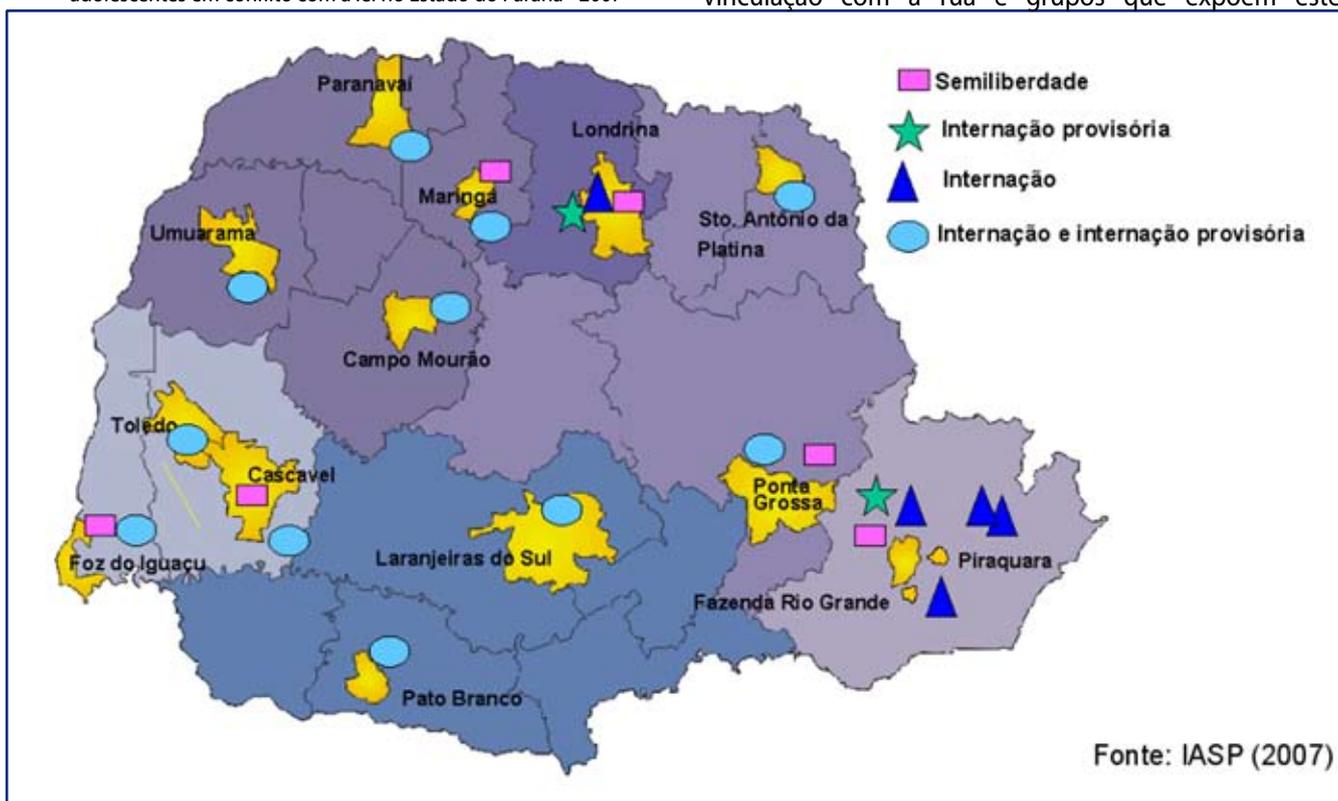
aprovado em 2007, pelo Programa Universidade Sem Fronteiras, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior/SETI, que trabalha com adolescentes egressos do sistema sócio-educativo da região de Ponta Grossa – PR e com suas famílias. Consta, ainda, a fundamentação teórico-metodológica que tem norteado o Projeto, e a metodologia, construída de forma interdisciplinar, para atender aos adolescentes e às suas famílias. Também serão apresentados os resultados parciais, tanto do atendimento direto aos adolescentes e seus familiares, como da construção de um sistema de informação que tem orientado as ações do Projeto de Extensão, buscando subsidiar as políticas de atenção ao adolescente em conflito com a Lei, na região de Ponta Grossa/PR.

### CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/ PR

O município de Ponta Grossa – PR, até o ano de 2007, não contava com acompanhamento efetivo e sistemático dos adolescentes, desligados das unidades sócio-educativas, conforme preconiza o SINASE (2006), dificultando os egressos de se inserirem novamente em suas famílias e em suas comunidades.

Por outro lado, o município de Ponta Grossa integra o novo Sistema Estadual de Atenção ao Adolescente em Conflito com a Lei, centralizando o atendimento regional a esta demanda, conforme podemos observar no cartograma expresso na figura 01.

Figura 01 - Unidades de privação e restrição de liberdade a adolescentes em conflito com a lei no Estado do Paraná - 2007



A proposta se deu pela necessidade de construir uma metodologia de trabalho que pudesse tanto atender aos adolescentes egressos do sistema sócio-educativo e às famílias na sua reinserção social, como produzir dados estatísticos e sistema de informação sobre os fatores de risco às condutas infracionais e às redes de apoio dos adolescentes e de suas famílias, para subsidiar a formulação das políticas públicas na área.

O projeto partiu de estudo com as equipes técnicas das entidades de internação, de internação provisória e de medidas em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida), no município de Ponta Grossa, considerando as dificuldades no atendimento aos adolescentes e os índices de reincidência. Assim, de acordo com os dados, colhidos através dos relatórios estatísticos do 1º semestre de 2007, nas unidades de internação e de internação provisória, foram atendidos 65 adolescentes no semestre, sendo que 23 eram reincidentes na mesma unidade, correspondendo a um percentual de 35%. Destes, somente 3 não residiam em Ponta Grossa. Já o Programa Municipal de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto – PEMSE atendeu, neste mesmo período, a 228 adolescentes em medidas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida, onde o índice de reincidência foi de 30%.

Além disso, grande parcela dos adolescentes, desligados dos programas de internação, de semiliberdade ou de medidas em meio aberto, encontra-se em situação de vulnerabilidade social, caracterizada por situações de risco, por exemplo: “graves conflitos familiares; desqualificação para o trabalho; precariedade habitacional; dependência de substância psicoativa (álcool ou drogas); envolvimento no tráfico de drogas; inexistência de referência familiar; vinculação com a rua e grupos que expõem estes

adolescentes a vulnerabilidade; risco ou ameaça de morte.” (IASP, 2005, p.05). Assim sendo, a existência de um ou de mais indicadores de risco supõe a necessidade de prestar atenção especial ao adolescente, devendo ser ofertada através de ações efetivas da rede de apoio, com abordagens diferenciadas para cada situação. A proposta de estruturação de uma rede social visa enfrentar as situações de vulnerabilidade que colocam os adolescentes egressos do sistema sócio-educativo em permanente risco, tais como: exclusão do sistema educacional, saúde comprometida pelos agravos do abuso de álcool e drogas, desqualificação para o trabalho, condições precárias de moradia, ambiente familiar marcado pela violência, desemprego e miséria, proximidade da criminalidade, dentre outros aspectos.

Para garantir os direitos sociais a esses adolescentes e a suas famílias, torna-se necessária que políticas de saúde, de educação, de trabalho, de habitação, de cultura e de esporte sejam aplicadas de modo integrado, pois, historicamente estas áreas de atenção básica encontram-se desarticuladas, com ações fragmentadas e com paralelismos, dificultando o atendimento às demandas de seus usuários. Assim, através do incentivo à construção da rede social, o Projeto de Extensão busca favorecer o atendimento integral às necessidades daqueles adolescentes egressos e de suas famílias.

Dessa forma, este Projeto tem por objetivos gerais: promover a inclusão social dos adolescentes egressos do sistema sócio-educativo, mobilizando gestores das políticas básicas e da sociedade, a fim de propiciar condições para acolher e para manter os adolescentes no convívio familiar e comunitário. Também visa resgatar e fortalecer as relações/vínculos familiares, visando aumentar as possibilidades de o adolescente retornar ao convívio familiar e comunitário.

Como objetivos específicos, o Projeto se propõe a:

- Atender as necessidades familiares através do encaminhamento para programas, serviços públicos ou comunitários, oportunizando o acesso do adolescente e sua família às políticas sociais básicas: saúde, educação, trabalho, habitação, esporte e cultura;
- Contribuir para a elevação da auto-estima dos membros familiares e reforçar afetos positivos através de oficinas de vivências e criação de grupos de reflexão sobre os conflitos familiares;
- Possibilitar que a família reflita sobre seu papel social, tornando-se referência afetiva, protetiva e educativa para os adolescentes;
- Identificar os determinantes do ato infracional e os bairros onde ocorrem os maiores índices de infrações para a realização de trabalhos comunitários, subsidiando a elaboração e avaliação das políticas públicas de atenção ao adolescente egresso do sistema de medidas sócio-educativas e sua família. (AFAESS/PG, 2007, p.03)

## FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O projeto emprega metodologia de **trabalho em rede**, tendo em vista a necessidade de articular as diferentes

iniciativas governamentais e não-governamentais que buscam atender às necessidades de famílias vulnerabilizadas/risco social. Assim, além de incentivar um trabalho com as famílias no espaço institucional de atenção ao adolescente em conflito com a lei (através de grupos de reflexão, dinâmicas de grupos e vivências), os profissionais e os acadêmicos envolvidos também encaminham as famílias dos adolescentes egressos, para outras instituições que atendam às necessidades que não podem ser sanadas nas medidas privativas de liberdade e de meio aberto.

Somente a partir desta perspectiva de **trabalho intersetorial** (entre as diferentes secretarias municipais e estaduais) e em rede (que agregue entidades públicas, particulares e comunitárias), pode-se atender integralmente às demandas sociais, trazidas pela maioria das famílias dos adolescentes egressos do sistema de medidas sócio-educativas, reforçando os vínculos e o direito à convivência familiar e comunitária, conforme preconiza o artigo 19, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com o objetivo de promover um alinhamento conceitual da equipe do Projeto, para o trabalho com as famílias e com os adolescentes, inicialmente realizou-se uma **capacitação**, buscando subsidiar as ações desenvolvidas de forma técnica e qualificada. Num segundo momento, buscou-se fazer o levantamento e o **mapeamento da rede apoio aos adolescentes e às suas famílias**, e após, identificou-se os fatores de risco. Para tanto, o projeto, coordenado pelo Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, articulou-se com o Grupo de Estudos Territoriais – GETE, do Departamento de Geociências, para identificar as redes. Como a proposta metodológica tem, no **trabalho interdisciplinar**, um dos seus pilares principais, tendo em vista a complexidade da questão objeto de intervenção do projeto, inseriram-se também as áreas de Direito, de Educação, de Psicologia, de Pedagogia, de Informática e de Educação Física, as quais desenvolvem suas atividades através de subprojetos respeitando a especificidade de cada profissão; convergindo, porém, no atendimento aos objetivos e às finalidades propostos no Projeto. As diversas ações realizadas pelos profissionais estão articuladas em dois eixos operacionais: Atendimento direto aos adolescentes e às suas famílias e Sistema de Informação, que contempla as políticas sociais municipais e os fatores de riscos às condutas infracionais.

## ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES EGRESSOS DO SISTEMA SÓCIO-EDUCATIVO E ÀS SUAS FAMÍLIAS

Os critérios de seleção dos adolescentes para o Projeto foram definidos em conjunto com as equipes técnicas do Sistema sócio-educativo, da região de Ponta Grossa - Semi-liberdade e Centro de Sócio-Educação/CENSE. Também participou deste processo o Programa PEMSE (Programa de Execução de Medidas Sócio-

Educativas, do município de Ponta Grossa).

Como o Projeto tem, como meta, o atendimento de 20 adolescentes, as equipes técnicas das entidades indicaram os adolescentes que mais necessitariam de acompanhamento sistemático, contínuo e técnico, sendo que, desde que se iniciaram as atividades de seleção dos adolescentes até o presente momento, foram convidados a participar do Projeto, um total de 32 adolescentes, sendo 4 indicados pelo CENSE, 5 pela Semi-liberdade e 23 pelo PEMSE.

O trabalho com esses adolescentes parte do pressuposto de que o sujeito atendido deve aderir às ações de forma espontânea, pois através da livre adesão, pode-se intervir nos determinantes que influenciam a prática do ato infracional, como o rompimento com os laços afetivos familiares e com a própria comunidade. Do total de 32 adolescentes, convidados para o Projeto, 23 eram do sexo masculino e 9 do sexo feminino, predominando a presença de adolescentes do sexo masculino, tanto no atendimento como no cometimento do ato infracional. Somente 12 adolescentes aderiram às atividades, sendo que, atualmente, encontram-se, em atendimento sócio-jurídico, 08 adolescentes, em função de que muitos se evadiram das unidades onde estão inseridos, não cumpriram a medida até o final, não aderiram ao Projeto ou reincidiram em atos infracionais.

Embora o trabalho tenha foco no atendimento àqueles adolescentes, para se estabelecer um vínculo entre o profissional e o sujeito, pautado na confiança, segurança e respeito, optou-se por iniciar o trabalho com alguns adolescentes vias de se desligarem da unidade onde estavam inseridos, mas, ainda cumprindo as medidas. Em relação aos adolescentes que estão em atendimento, podemos identificar o seguinte perfil<sup>13</sup>:

- 11 adolescentes são do sexo masculino e 1 é sexo feminino;
- Sobre o ato infracional cometido, o que predomina é o furto com 67% dos casos que geralmente ocorrem para adquirirem drogas, 17% de agressão, 8% de porte de arma e em igual percentagem tentativa de estupro (8%);
- 100% são de famílias que apresentam fragilidades no relacionamento afetivo para com esses adolescentes;
- 80% destes adolescentes relatam terem, ambiente familiar, indivíduos que já cometeram crimes ou atos infracionais e que estão ou já estiveram em cumprimento de medida sócio-educativa, como também em cumprimento de pena no sistema prisional;
- é relevante o número de adolescentes

<sup>13</sup> Todas as informações contidas neste perfil dos adolescentes foram coletadas através de relatos orais com os adolescentes e os profissionais das entidades de atendimento sócio-educativo de Ponta Grossa/PR.

que fazem uso abusivo de drogas, sendo que 75% relatam tal envolvimento, predominando o uso de crack e de maconha. Durante os atendimentos, evidenciou-se enorme dependência dos adolescentes pelo crack, tornando o grande motivador do cometimento de atos infracionais.

Todos os adolescentes que passam por medidas sócio-educativas têm, ou em algum momento tiveram problemas ocasionando a situação vivenciada. As motivações que o levaram a cumprir a medida são semelhantes, sendo as principais, a violência familiar, o abandono, a falta da figura paterna ou da materna, a situação sócio-econômica, o uso de drogas dentre outros.

Além de atender individualmente ao adolescente, através do Plano Personalizado de Atendimento – PPA, a intervenção, junto às famílias, objetiva acompanhar e fortalecer essas famílias para restabelecer vínculos. As visitas são realizadas, objetivando aproximar-se mais da realidade os identificando questões sócio-jurídicas para acompanhar e encaminhar, de modo adequado, possibilitando organizar um novo projeto de vida para estas famílias.

## **ESTRUTURAÇÃO GEOESPACIAL DE INFORMAÇÕES DAS REDES SOCIAIS INSTITUCIONAIS NA ÁREA URBANA DE PONTA GROSSA**

Um dos eixos metodológicos do Projeto objetiva criar instrumentos para organizar dados geoespaciais sobre as instituições públicas e as instituições privadas de apoio e sobre as condições concretas de vida dos adolescentes egressos e o seu contexto familiar e social, e ainda monitorar as ações e os resultados alcançados pela equipe.

As informações sobre os recursos existentes, podendo estes serem mobilizados pelos gestores públicos numa dada ação social, nem sempre estão claras e acessíveis aos gestores de projetos para incluir grupos sociais vulneráveis, dificultando a tomada de decisões e o desenvolvimento de ações integradas. Além disso, é importante enfatizar que as próprias instituições públicas utilizam-se de ações personalistas para organizar e para deter informações cruciais, efetivando ações na gestão pública. Tendo em vista estas dificuldades, busca-se criar uma estrutura organizacional de trabalho que supere a perspectiva de análise, setorializada, de áreas disciplinares. Uma vez criada a base de dados e devidamente alimentada, mesmo com a mudança da equipe, por exemplo, será possível continuar as ações pretendidas.

Sabe-se ainda que a perda de legitimidade social em relação às ações de planejamento e de gestão do Estado, conforme discute Souza (2002), afeta, com maior intensidade, os grupos sociais de menor renda e os mais

dependentes das ações públicas. Em Ponta Grossa/PR, como pode ser observado no cartograma da figura 2, uma coincidência das áreas com precariedade de infraestrutura soma-se à baixa escolarização formal da população residente. Este é o contexto de existência das famílias da maior parte dos adolescentes, que integram o sistema de sócio-educação e que deverão constituir-se em destino dos adolescentes após saírem das instituições educacionais.

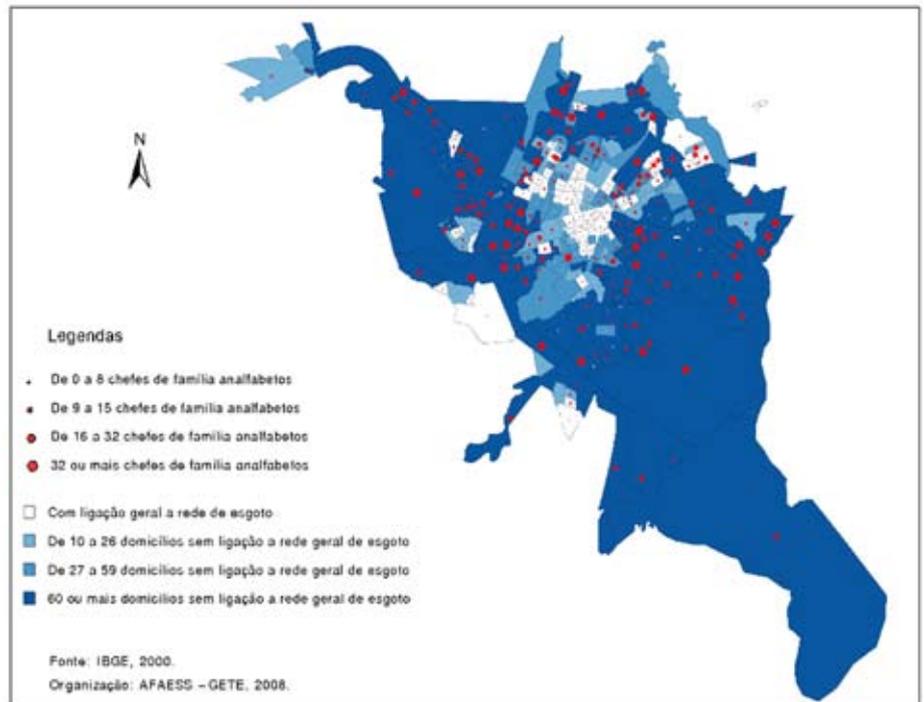
Constata-se, pois, a inserção do adolescente egresso num contexto de carências e de precariedades de várias ordens. Desde uma habitação com pouco espaço para acolhê-lo, até áreas de moradia, dominadas por grupos do crime organizado em torno do tráfico de drogas que realizam pressão junto aos adolescentes, para fazerem parte de sua rede criminosa. Assim, a análise do espaço, para propor a re-inserção dos adolescentes egressos do sistema

de sócio-educação, é fundamental para melhorar as condições de vida dos adolescentes e de suas famílias. Segundo o geógrafo Lacoste (1972), é imprescindível conhecer o espaço, para nele, melhor combater e assim melhor planejar e gerenciar.

Num primeiro momento, a equipe de trabalho tem procurado levantar as potencialidades de instituições que podem ser acionadas para protegerem e cuidarem do adolescente egresso e de sua família, como as escolas próximas, os postos de saúde, as áreas de atuação das Unidades de Saúde da Família, as ONGs e as Igrejas. Um cadastramento básico, por exemplo, reúne informações iniciais, a serem utilizadas no processo de trabalho, constituindo-se ferramenta importante para o planejar e gerenciar. Para realizar o cadastramento institucional, criou-se uma base de dados, georeferenciada, para identificar os serviços públicos a serem acionados, para instituir a rede de apoio aos adolescentes e às suas famílias. Para isso, estruturou-se um cadastramento institucional urbano, subdividido em três momentos. Primeiramente, realizou-se um levantamento indireto, identificando as instituições no município, através da consulta do sistema SOS102, em que constavam nomes de grande parte das escolas (130 das 170 existentes) e de postos de saúde. Com o auxílio do GoogleEarth®, pode-se localizar algumas destas instituições, este processo, porém, apresentou alguns problemas como a localização errada das instituições ou a impossibilidade de localizá-la, pois não estava cadastrada no sistema.

Num segundo momento, realizou-se um levantamento semi-direto de dados, através de contato com instituições públicas (prefeitura, núcleo regional de educação, etc.), quando se solicitou a relação de todas

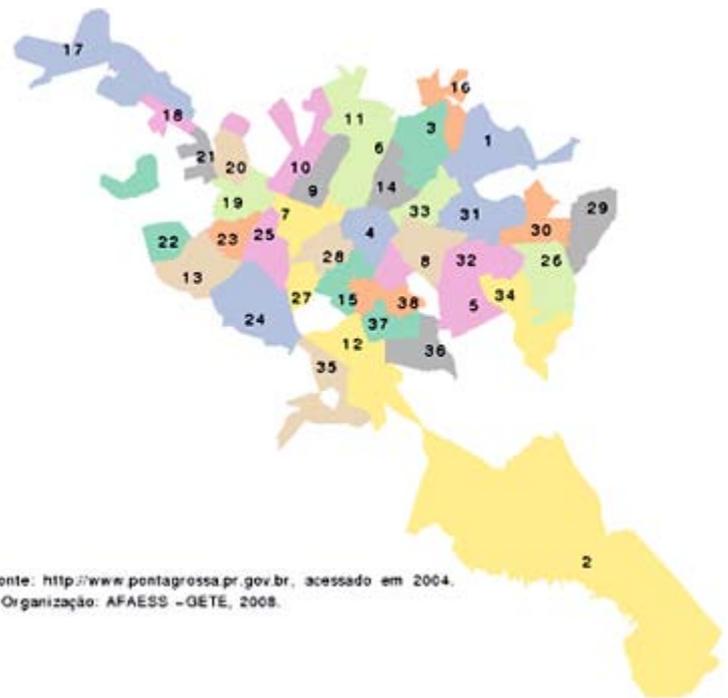
Figura 02 - Relação entre chefes de família analfabetos e domicílio sem ligação a rede geral de esgoto - Ponta Grossa/PR



as entidades, mantidas pela instituição, com seus respectivos endereços e com telefone para contato.

O terceiro, e último momento refere-se ao levantamento *in loco*, fazendo uso de equipamentos GPS (*Global System Position – Sistema de Posicionamento Global*) e de veículo para se deslocarem, sendo dividida a área urbana em setores, conforme cartograma, expresso na figura 3. Cada setor consiste no agrupamento de várias vilas que possuem acessibilidade em comum. Deste modo, faz-se levantamentos, com aplicação de questionários em todas as instituições dos referidos setores. Aquelas instituições que não haviam sido localizadas pelos processos anteriores, passam a ser utilizadas pelo GPS, para retirar em coordenadas UTM (*Universal Transverse Mercator – Universal Transversa de Mercator*) *in loco*.

Figura 03 - Divisão setorial por vilas para cadastramento institucional Ponta Grossa – PR.



A organização desta etapa do trabalho se deu a partir do “Guia para Cadastro Institucional de Ponta Grossa/PR”, disponível no endereço eletrônico <http://www.territoriolivre.net>. Com o levantamento, a configuração espacial da rede de apoio estará concluída, valendo lembrar que nenhum dos processos descritos acima é executado isoladamente, necessitando sempre de sobreposição (Indireto com Semi-Direto e vice-versa).

Todas as informações constituem um Sistema de Informações Geográficas (SIG), cujos resultados são enviados a um sistema, criado na Internet, chamado GETE-WebMap (<http://www.territoriolivre.net>). O sistema permite que todos, através da internet, tenham acesso à rede de apoio institucional de forma interativa<sup>14</sup>. Para operar o GETE-WebMap, produziu-se um manual que se encontra disponível no mesmo endereço eletrônico. Com as informações estruturadas, é possível identificar, na área de moradia (respectivo setor) do adolescente, as instituições e os serviços que podem ser mobilizados na constituição de sua rede de apoio, otimizando o processo de reinserção social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contribuir para inserir os adolescentes em suas famílias e para inserir estas em grupos comunitários e em políticas públicas intersetoriais que reforcem as relações de reciprocidade e de vínculos interpessoais, constitui-se num dos objetivos deste Projeto. Os adolescentes egressos das medidas sócio-educativas demandam serviços, exigindo que a esfera pública reordene suas ações, no sentido de prover necessidades básicas daqueles.

Assim, a atuação em rede, prevista no Projeto, pode vir a incluir estes sujeitos, em outros espaços públicos e em espaços privados, melhorando significativamente as condições de vida, através da criação de vínculos relacionais afirmativos, vínculos estes, essenciais para construir um novo Projeto de Vida.

<sup>14</sup> Este trabalho foi realizado, utilizando-se de softwares livres, não possuindo qualquer restrição com relação ao uso ou à modificação dos softwares. Percebendo a importância de liberar informações para o uso da sociedade, também registramos todo o mapeamento na licença Creative Commons. (<http://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br>)

## REFERÊNCIAS

ANDI. **Balas perdidas**. Brasília: Amencar, 2001.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Sistema nacional de atendimento sócio-educativo**. Brasília, 2006.

Google. **GoogleMaps**. Disponível em < <http://maps.google.com.br/> > Acesso em: nov 2007.

IASP. Instituto de Ação Social do Paraná. **Projeto acolhida solidária**. Curitiba, 2005.

IBGE, **Dados censitários 2000**.

LACOSTE, Y. **Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1989.

SOS102. **Auxílio a lista on-line**. Disponível em: < <http://sos102.com.br> > Acesso em: nov. 2007.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Projeto **Apoio familiar aos adolescentes egressos do sistema sócio-educativo da região de Ponta Grossa – PR./ AFAESS/PG**. Ponta Grossa, 2007.